

Sem garantia para amparar pacientes

Centro cirúrgico de hospital em Taguatinga é interditado porque instituição não tem gerador para casos de queda de energia

Karina Falcone
Da equipe do Correio

O Hospital Amparo de Taguatinga está sob a intervenção da Inspeção de Saúde do Distrito Federal. Até que seja instalado um gerador de energia, está proibida a realização de qualquer tipo de cirurgia no hospital. A notificação foi feita ontem, após a visita de dois inspetores. A direção do hospital foi intimada desde novembro a instalar o gerador de apoio elétrico, mas ainda não cumpriu a determinação legal.

Por causa da falta de energia, em novembro do ano passado, um pa-

ciente do Hospital Amparo que estava internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) ficou 15 minutos sem os aparelhos para a respiração artificial. A negligência fez com que a família do paciente apresentasse denúncias contra o hospital na Inspeção de Saúde, que no final de novembro fez a vistoria e constatou algumas irregularidades.

Além da falta do gerador elétrico, os inspetores de saúde descobriram que o Amparo não tem um farmacêutico responsável pela farmácia hospitalar, como determina a lei 3820. Outra irregularidade era a forma como os remédios ficavam guar-

dados: no chão, sem qualquer proteção da umidade.

Na intimação efetuada pela Inspeção em novembro, o hospital teria 10 dias para adquirir um gerador elétrico, contratar um farmacêutico e acomodar os medicamentos em estrados — com 30 centímetros de distância do chão. Passado um mês, apenas os estrados foram adquiridos. Um farmacêutico já está trabalhando no estabelecimento, mas ainda não tem registro na Inspeção.

MULTA

Além da interdição do centro cirúrgico, o Hospital Amparo ainda pode ter a sua licença cancelada e receber uma multa que varia entre 450 Ufirs e 17,5 mil Ufirs. Uma Ufir está valendo R\$ 0,9770. Essas penalidades serão julgadas pelo Serviço de Inspeção Processual (SIP) da Inspeção.

O Hospital Amparo também foi multado pelos Conselhos Regionais de Farmácia e de Nutrição. Em 16 de novembro de 1998, o hospital recebeu um auto de infração por não ter no seu quadro funcional um farmacêutico. A multa dada pelo Conselho foi de R\$ 280,64, mas até ontem não havia sido paga. O Conselho de Nutrição não quis informar a infração do hospital.

Para o presidente do Conselho Regional de Medicina, Eduardo Guerra, um hospital sem gerador funciona completamente fora das normas legais da medicina e não deveria ter licença. "O risco de um hospital ficar sem energia é altíssimo. Coloca em perigo a vida das pessoas que estejam sendo operadas ou em tratamento na UTI", explica o médico.

Os grupos geradores são tão importantes que os hospitais precisam

testá-los pelo menos uma vez ao mês, para evitar que sejam surpreendidos com esses aparelhos quebrados, durante uma queda de energia. "Com o gerador, o hospital não passa mais de 20 segundos sem energia. O que é um limite aceitável", diz o presidente do CRM. No caso do Amparo, os pacientes já ficaram até 15 minutos sem energia.

DENÚNCIA

O Hospital Amparo foi inaugurado em agosto do ano passado. A capacidade do lugar é para 50 internações. Segundo a Inspeção de Saúde, o hospital recebeu alvará meses antes de instalar o bloco cirúrgico e a UTI. "Ainda assim, alertamos a direção da necessidade desses equipamentos", explica o inspetor de Taguatinga Sul, Cândido Godoy Júnior.

Segundo a administração do Amparo, o gerador de energia já havia si-

do comprado pela direção e estava sendo esperado para chegar ontem. Ela não soube informar, entretanto, quando o equipamento estará funcionando. O diretor do hospital, cirurgião José Geraldo de Andrade Júnior, foi procurado pelo Correio, mas não respondeu aos recados.

No início do mês, uma criança de sete meses, Vitória da Silva Monteiro, morreu ao ser atendida no Hospital Amparo. Com diarreia, ela foi levada duas vezes ao hospital. No segundo atendimento, por causa de uma desidratação, os médicos resolveram aplicar soro no pescoço da menina. Logo após a injeção, Vitória foi levada para a mãe, Denise Alves da Silva Monteiro, para mamar. Sugou três vezes o peito da mãe e morreu. O pai de Vitória, Marconi Martins Monteiro, prestou queixa na 12ª Delegacia de Polícia, acusando o hospital de imperícia.